



CONSTRUIR A CIDADE Experiências integradoras no ensino de Plano e Projeto Urbano

Autores:

Patricia Maya Monteiro - UFRJ-PROURB - pmmayam@gmail.com

Filipe Marino - UFRJ-PROURB - ilipemarino@gmail.com

Isabela Bacellar - UFF-EAU - isabelabacellar.arq@gmail.com

Marlise Sanhotene de Aguiar - UFRJ-PROURB - marlise.aguiar@uol.com.br

Resumo:

Este trabalho apresenta uma experiência didática inovadora no âmbito do ensino do planejamento urbano e regional e projeto urbano em um curso de arquitetura e urbanismo. A partir do ensino integrado de duas disciplinas, buscou-se evidenciar as etapas que permitiram que essa mudança se tornasse um movimento de inflexão no ensino de propostas urbanas. Partiu-se de uma abordagem interescolar, seguida para uma problematização, baseada na discussão de textos chave para a construção de um arcabouço teórico, que propiciou um aprofundamento das pesquisas e análises sobre um recorte urbano e a subsequente proposição de cenários propositivos. A experiência relatada nos mostra que a inovação proposta pode contribuir para uma formação mais ampla e abrangente para o urbanista, comprometida com os problemas enfrentados pelas metrópoles brasileiras e estimulante para a formação de crítica e criativa.

CONSTRUIR A CIDADE

Experiências integradoras no ensino de Plano e Projeto Urbano

1 INTRODUÇÃO

“Corremos o risco de ver o ensino reduzido a um simples processo de treinamento, a uma instrumentalização das pessoas, a um aprendizado que se exaure precocemente ao sabor das mudanças rápidas e brutais das formas técnicas e organizacionais do trabalho exigidas por uma implacável competitividade. Daí, a difusão acelerada de propostas que levam a uma profissionalização precoce, à fragmentação da formação e à educação oferecida segundo diferentes níveis de qualidade, situação em que a privatização do processo educativo pode constituir um modelo ideal para assegurar a anulação das conquistas sociais dos últimos séculos.” (Milton Santos, 1999-2, s.p.)

Como, no ensino, suscitar o interesse no Urbanismo não como um arcabouço teórico e técnico sacralizado, mas como algo cuja necessidade de reformulação e questionamento é constante? Como fomentar a integração entre prática e teoria? Como evidenciar a responsabilidade social e espacial interescalar e interespaial de cada projeto, intervenção, plano e gestão propostos? Como defrontrar-se com as inúmeras teorias, métodos e dados e representações sobre o espaço urbano sem perder a visão do todo? Como provocar uma adesão crítica, criativa e situada do corpo discente?

Além disto, os impasses da fragmentação da formação e da instrumentalização das pessoas, citadas por Milton Santos (1999), são ainda hoje riscos para um ensino que vise preparar para uma formação consistente, preparada não apenas para as transformações do mundo do trabalho, mas para a transformação das próprias esferas de atuação. E são ainda mais prementes para o arquiteto urbanista, cuja formação é de natureza generalista, e cuja atuação é múltipla e facetada, entre a arte e a técnica, e como ciência social aplicada. Como atuar sobre o espaço, a forma e o ambiente, na sua multiplicidade de aspectos, e ainda incorporar outras disciplinas, e outras visões?

E são estas algumas das motivações para uma experiência didática voltada para a elaboração compreensiva e abrangente de questões urbanas, cujos resultados condensamos neste trabalho. Duas disciplinas, anteriormente dissociadas, sendo uma voltada para discussões teóricas sobre o Planejamento Urbano e Regional outra voltada para pesquisas e análises urbanas passaram a trabalhar integradamente. A idéia central destas co-disciplinas é que haja uma compreensão da cidade não apenas através de discussões temáticas e análises de situações urbanas, mas pela simulação-predição de cenários possíveis da inércia

e da ação, e pela experimentação propositiva de propostas de planejamento, projeto e gestão. Uma integração entre teoria e prática de planejamento e projeto.

Yannis Tsiomis, tratando do ensino de Projeto Urbano, reconhece que há “uma ligação estreita por um lado entre pesquisa e ensino, e por outro, entre a teoria e a prática”, mas também que, “se aspectos dos procedimentos que visam a passagem da teoria urbana à prática do projeto se renovam, ao mesmo tempo, outras persistem”(2008: 38).

Portanto, os conteúdos e discussões empreendidos não são necessariamente inovadores, mas sim a estrutura e a ordem dos trabalhos, numa sequência gradual de escalas espaciais, de abordagens conceituais e de pesquisa localizada, e da passagem de visões sistêmicas para visões transversais mais complexas. Ao longo deste processo didático, são abordados de modo transdisciplinar os processos de produção do espaço urbano, as estruturas espaciais, densidades populacionais e construídas, e as formas e espacialidades urbanas encontradas, bem como as visões de mundo presentes. Portanto, dentro dos recursos e tempos disponíveis, são suscitadas correlações entre conceitos e práticas urbanas, entre questões locais e globais e entre escalas- o trecho urbano, a cidade e a metrópole. No Plano de Trabalho das duas disciplinas estão incluídas leituras e debates, palestras, levantamentos de campo, análises espaciais e por fim trabalhos aplicados em contextos próximos.

A proposta partiu, antes de tudo, da tentativa de dissolução de limites entre escalas, campos disciplinares e atividades profissionais, integrando conceitos, referências e leituras do espaço para o ensino de Planejamento e Projeto Urbano. A lógica desta integração aplicada se coaduna com outras metodologias da escola de arquitetura e urbanismo em questão, que buscam conjugar diferentes aspectos da arquitetura, urbanismo e paisagismo, e diferentes disciplinas e departamentos, como notadamente vem sendo feito nos Ateliês Integrados em andamento.

Aqui, resumimos as questões centrais da operacionalização deste processo didático-objetivando reflexões sobre suas possibilidades. Inicialmente, apresentamos os metatemas: as relações entre Plano e Projeto, e como as condições históricas e políticas definiram o Planejamento Urbano e o Projeto Urbano. Em seguida, discutimos os resultados obtidos a partir dos trabalhos discentes representativos da abordagem desenvolvida, considerando sua contribuição crítica e autoral e o engajamento dos alunos e destacando os aspectos facilitados por estas abordagens abrangentes na compreensão das realidades. Por fim, apontamos os quatro temas foram destacados nas discussões e análises: o direito à cidade, a segregação socioespacial, a questão da habitação, o meio ambiente e sustentabilidade.

Em suma, objetivamos aqui apresentar a estrutura e as questões levantadas para integração destas co-disciplinas ligadas ao planejamento e projeto, baseada na aplicação de metodologias inovadoras na área da Educação, com o desafio da abordagem multiescalar e integrada. E consideramos que os resultados dos trabalhos, configurados em estudos de caso e na elaboração de cenários que prefiguram Planos-Projeto ou Projeto-Planos, foram experiências didáticas emblemáticas.

2 PLANEJAMENTO E PROJETO

Para a arquitetura e urbanismo, o termo Projeto Urbano surge para delimitar atribuições específicas do campo disciplinar, e distingui-las da noção de Urbanismo e Planejamento Urbano. Essa elucidação, nos contextos da arquitetura, se constitui uma das tarefas iniciais das co-disciplinas implementadas: a da desambiguação de conceitos como planejamento-gestão, e planejamento-projeto e projeto-desenho.

Sobre a estreita relação entre Planejamento e Gestão, que acaba por ser muitas vezes confundida, Souza (2002) pondera que “Planejamento e gestão não são termos intercambiáveis, por possuírem referenciais temporais distintos [...]” (p. 46); ele nota que Planejamento se refere ao futuro e gestão, ao presente, de modo que “O planejamento é a preparação para a gestão futura, buscando evitar ou minimizar problemas e ampliar margens de manobra” (loc. cit.).

Planejamento Urbano e Projeto Urbano também não são termos intercambiáveis, não apenas por razões disciplinares. Além da questão de escala, o referencial temporal é um dos aspectos usados para distingui-los. Porém, distinguir plano e projeto a partir de escalas e tempos pode significar uma diminuição das possibilidades de ambos, e ainda uma redução advinda de pré-juízos disciplinares e políticos de ambos: por exemplo, pode haver um Plano-Gestão localizado, imediato e de pequena escala, e um Plano-Projeto cujo processo projetual lento.

Em Urbanismo, a etapa de levantamentos e análises sociais e espaciais embasa a proposta/ ação de planejamento ou projeto. Assim, tanto a ideia de Planejamento Urbano quanto a de Projeto Urbano se realizam a partir de uma elaboração de futuro, da imaginação de cenários possíveis e da previsão de desdobramentos a partir da sua construção- como plano ou projeto. E seus tempos de realização podem ser variados, conforme prioridades e possibilidades.

Este processo, ao mesmo tempo científico e imaginativo, requer o acesso ao arcabouço teórico e instrumental do planejador/ projetador para pensar resoluções para determinados problemas e realidades distintas. . Portanto, se o que difere são os escopos disciplinares, o que garante a qualidade do Projeto é este se referendar em reflexões/ previsões abrangentes e transdisciplinares características de um Plano. E, vice-versa, pois ações com reflexos na estrutura e na forma urbana demandam visões de projeto. E não deixemos de citar que a qualidade das propostas depende de processos: da sua capacidade de síntese e comunicação, do necessário diálogo transdisciplinar e de uma postura democrática que incorpore outros agentes sociais em todas as etapas da sua elaboração e implementação.

O Projeto Urbano, uma noção polissêmica empregada a partir dos anos setenta, serve para designar, dentro do campo da arquitetura e urbanismo, ações projetuais sobre a cidade e o urbano que reconhecem a paisagem, a forma urbana, a imagem da cidade e as práticas sociais. Assim, em contraponto à ordem ideal e simplista das proposições urbanas do pós-guerra inspiradas pelo CIAM, um Projeto Urbano originalmente busca incorporar a complexidade da arquitetura da cidade (ver VOGEL, 2000). Como aponta Tsiomis, “Mais do que o projeto do objeto do edifício, simples ou complexo, o projeto urbano implica em uma visão de mundo, uma visão da civilização futura” (2008:37).

Há obstáculos à efetivação deste processo abrangente que caracteriza um Projeto Urbano na sua definição plena. Por um lado, pelas restrições de escopo e dimensões dos projetos pontuais e/ou pela ausência de transdisciplinaridade na sua elaboração, o que pode fazer com que estes sejam apenas melhorias estéticas temporárias. Em outras escalas, os “Grandes Projetos Urbanos” desfiguram a noção original, pois as decisões não se fundam em um reconhecimento do contexto e da complexidade, mas se submetem às “estratégias” competitivas das cidades nos grandes eventos internacionais. Note-se que, dentro das economias liberais, as representações projetuais são ferramentas do *marketing* dos governos locais, notadamente as representações realistas.

Em ambos os casos, o Projeto Urbano se reduz a um desenho, representação imagética proposta. Não por acaso, uma das traduções erroneamente utilizadas para Projeto Urbano é “Desenho Urbano”, mas note-se que “*Design*”, em inglês; “*Diseño*” em espanhol, como em outras línguas difere de “*drawing*”, “*dibujo*”; enquanto em português há uma só palavra: desenho. Assim, tratar Projeto como “Desenho” pode contribuir para uma redução da atividade criativa e compreensiva complexa do “Projeto” a uma comunicação de representações técnicas e artísticas, que podem ser demandadas a partir de um repertório. Há armadilhas da imagem que estancam um processo forjado para a compreensão, concepção e criação.

Para falarmos de Projeto, a partir da sua aceção original, cabe tratarmos brevemente da sua história, considerando que a valorização da idéia de Projeto, nas últimas décadas do século XX, deriva de lógicas diversas. Primeiro, a lógica interdisciplinar; como uma contraposição ao Planejamento Urbano standardizado e tecnocrático, no qual a eventual multidisciplinaridade não conduziu soluções espaciais e sociais contextualizadas e localizadas, e cujos parâmetros urbanos não eram suficientes para a construção da cidade. Além disto, havia uma tecnocracia que operava ações de renovação urbana e intervenções rodoviaristas, ao que se opuseram autores como Berman (1982) e Jacobs (1961). Aos dados urbanos quantitativos de um espaço abstrato (Lefebvre, 1974), se contraporiam as formas da cidade e as especificidades da imagem e da paisagem situada compreendidas pelos arquitetos e urbanistas .

A outra lógica é intradisciplinar, de um momento em que a crítica ao Movimento Moderno em Arquitetura e Urbanismo, que já se iniciara nos anos setenta (com Jane Jacobs, Carlos Nelson Ferreira dos Santos, Robert Venturi e Denise Scott-Brown, Aldo Rossi e Kevin Lynch, entre outros) continua por conta dos muitos resultados de um “urbanismo operacional” (LAMAS, 1993). Este burocratiza os preceitos do Modernismo, causando terra arrasada na cidade convencional, segregação espacial, zoneamento funcional, standardização desqualificadora dos edifícios. E por uma valorização do contexto, e do patrimônio urbano, em contraponto às ações de renovação urbana (BERMAN, JACOBS). Do ponto de vista político, o Projeto Urbano é primeiramente suscitado por agentes locais, entre estes os movimentos associativos urbanos que demandam melhores espaços urbanos, a partir dos anos 60 e 70. Como o Serviço de Apoio Ambulatório Local -SAAL em Portugal, montado por Nuno Portas (1986) e as revitalizações de bairros portuários e outros com ênfase na habitação efetuadas em cidades europeias. Portanto, sob aspectos diversos, o Projeto Urbano é uma crítica à escala decisória “genérica” abstrata, aos modos de gestão estabelecidos pelos governos. O Projeto Urbano se constituiu então como uma convergência de agentes- profissionais diversos, agentes públicos, moradores, movimentos sociais- para

um processo decisório reflexivo sobre as modificações e preservações necessárias ao espaço da cidade.

No caso do Brasil, dentro do campo da arquitetura e urbanismo, o surgimento de projetos urbanos de caráter local também é reforçado pela crítica ao Planejamento centralizado e autoritário do período ditatorial, que deixou marcas profundas na forma de planejar - a qual Milton Santos critica como sendo “de cima para baixo” (1999-1, p. 19), que acaba por não atender de forma satisfatória os problemas locais, sendo o planejamento deste período uma resposta a um projeto de nação amplo e voltado para sua internacionalização. Evidentemente, o poder local dos prefeitos e a relevância da escala das cidades serão reforçados somente a partir do processo de democratização, com a obrigatoriedade da elaboração de Planos diretores a partir da Constituição de 1988 para as cidades de mais de 20 mil habitantes.

O grande projeto urbano emblemático acontece em Barcelona. O caráter excepcional das Olimpíadas de 1992 molda um Plano que estrutura diversas intervenções na cidade. Este inclui a renovação de infraestruturas urbanas, proposição de equipamentos olímpicos, a recuperação de espaços públicos na cidade e a construção de equipamentos distribuídos pela cidade. Apesar da continuidade de propostas estratégicas ao longo de décadas, e da qualidade arquitetônica dos projetos, este, por outro lado causa renovações urbanas, gentrificação de áreas e inaugura as intervenções de grandes eventos como modo de espetacularização e venda das cidades. Ainda, nos anos noventa, este exemplo vai influenciar o Rio de Janeiro, onde também um arquiteto experiente, assim como Oriol Bohigas em Barcelona, Luis Paulo Conde, assume cargo público de gestão urbana.

É neste contexto, lembremos, que dois programas públicos foram criados em 1994, o Favela Bairro e o Rio Cidade, em ambos há um corpo de autores maior, gerando um engajamento dos escritórios de arquitetura e urbanismo da cidade e a coordenação geral por arquitetos - de equipes com engenheiros e designers. Nos dois casos, duas questões relevantes foram trazidas para a cidade. A favela: a legitimidade dos assentamentos informais de favelas, em contraponto às lógicas de remoção e a justa necessidade de melhorias urbanas pelo Poder Público. O espaço Público: a proposta de trazer através de espaços livres públicos pontuais não apenas melhorias espaciais urbanas, mas um projeto estético coeso - apesar da descontinuidade com o restante do bairro não atendido.

Estes programas são relevantes para o campo da arquitetura e urbanismo, por fazerem um reconhecimento da escala local e buscarem uma valorização de bairros e bairros-favelas da cidade. Porém, na década seguinte, em parte por mudanças de governo, mas também pela ausência de efetiva participação de moradores e grupos sociais nos projetos, nem participação de movimentos sociais organizados, os dois programas, Rio-Cidade e Favela-Bairro, foram gradativamente descontinuados. Não havia adesão da esfera pública que referendasse o seu desenvolvimento. O tempo demonstra que, além disto, o próprio caráter do projeto impediu sua continuidade: a pontualidade das ações, os lapsos na e relações entre recorte espacial e contexto urbano, e a inexistência de um projeto cultural, e de desenvolvimento econômico e social geral e localizado.

Mas o processo de construção da ideia de projeto, iniciado nos anos 80, com as lutas pela Reforma Urbana, e as ações de Projeto pontual que se seguiram nos anos 90 não tiveram continuidade. Salvo escassas exceções, o que se seguiu, nas últimas duas décadas,

tanto no Rio de Janeiro quanto em outras cidades do país, foi a gradual substituição do Planejamento e dos Planos Diretores por “Planos Estratégicos” e ações de “Empreendedorismo” urbano, carregados de interesses privados, quando não montados como “parcerias” público-privadas, as operações urbanas.

Neste contexto, como aponta Fernandes (2013), os instrumentos do Estatuto da Cidade não foram aplicados de modo efetivo, muito embora eles tragam várias iniciativas democráticas para a prática de produção urbana no panorama legal do Brasil. Junte-se a isso os grandes eventos internacionais, que reforçaram a espetacularização das cidades e criaram, segundo Vainer (2013) uma “Cidade de Exceção”.

A crítica ao Projeto Urbano deriva das intervenções efetuadas a partir destas estratégias de *commodification* das cidades. Nos ditos GPUs, Grandes Projetos Urbanos, soluções projetuais diversas utilizam vocabulário formal e discursivo do Projeto urbano. Porém, tanto os GPUs quanto outros “empreendimentos” característicos do *marketing* urbano do novo milênio tem um desenho descolado de um diagnóstico mais abrangente e de um prognóstico transdisciplinar. E em muitos casos não incorporam de todo o Estado da Arte do campo de arquitetos urbanistas paisagistas, assim não refletem as críticas à tabula rasa, não demonstram um reconhecimento do contexto cultural construído e habitado da cidade, desprezam os aprendizados da informalidade, as principais discussões sobre o patrimônio, transitam pela pedestrianização sem uma crítica efetiva ao rodoviarismo e não se desenvolvem buscando transdisciplinaridade. Se constroem antes de tudo por imagens e idéias não discutidas, pela adesão a propostas exógenas e estrangeiras. A sua proposta surge através de desenhos urbanos, literalmente imagens de uma cidade que não existe nem existirá quando executada. Embora eventualmente contando com arquitetos, consideramos que não se constituem como obras de arquitetos, como Projetos Urbanos, na medida em que não participam da construção ética do campo.

Como Lefebvre (1974) aponta, são representações do espaço, concepções impostas que não reverberam o espaço vivido da cidade.

É sob esta ótica que atravessamos o desafio de conjugar Plano-Projeto, Projeto-Plano, apontando as limitações que a sua viabilização teve, sem acharmos que se esgotam as possibilidades forjadas nas melhores teorias e práticas, como bem demonstram os notáveis exemplos dos Projetos do Atelier Grand Paris para a metrópole de Paris e do não implementado Plano Diretor Estratégico de São Paulo. No primeiro caso, o governo francês lançou uma “consulta pública internacional”, em 2008, com o objetivo de captar idéias para a Grande Paris metropolitana do século XXI. Com estes diversos atores e enfoques disciplinares, se angariou um diagnóstico urbanístico e paisagístico coletivo e idéias que definiriam estratégias de planejamento a Paris Metropolitana num horizonte de 20 a 40 anos. As propostas se detiveram sobre inúmeros desafios do desenvolvimento urbano contemporâneo.

Diante dos atuais continuados ataques às cidades, à cidadania e à civilização, fica mais evidente que, para os urbanistas, a tarefa de prefigurar o futuro demanda não apenas um conhecimento abrangente, reconhecimento da cultura, economia e política, do saberes locais, mas também a capacidade de articulação teórica e de comunicação com diferentes, e, sobretudo, a consciência da própria posição no mundo - o ponto de partida para a reflexão crítica, a ética profissional e para a criação e ação eficientes. Num contexto social e espacial cuja hostilidade se intensifica, pois:

Se a forma urbana das metrópoles pode dizer algo sobre a sociedade brasileira e os sentidos da nossa (de)formação nacional, ou de nossa precária e incompleta cidadania, não é preciso ser especialista para perceber que o Brasil, como projeto de civilização – visto pelo ângulo das nossas cidades –, está longe de resultar em algo integrado, coerente e igualitário. Há um avanço da barbárie urbana concomitante ao avanço da cidade-mercadoria. A maioria de nossas principais cidades vive situações recorrentes de caos e calamidade, apesar da abundância relativa recente. Nos últimos anos, vivemos o boom imobiliário e o boom automobilístico – ambos impulsionados pelo governo federal – que colaboraram não para o crescimento da qualidade da vida urbana, mas para sua crescente deterioração. (ARANTES, 2013)

3- A experiência estruturada

É a partir destas perspectivas aqui elucidadas que se estrutura, desde março de 2016, a junção das disciplinas, se coadunando com o objetivo comum de reflexão aprofundada sobre os processos que envolvem o ordenamento e construção do território e do espaço urbano. O Plano de Trabalho das disciplinas contém análises urbanas, discussões temáticas e proposição de cenários. Cabe notarmos que a junção insere abordagens transdisciplinares, inserindo não apenas diferentes aspectos do campo Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo; mas conteúdos dos campos do Direito, História, Geografia, Economia, Engenharia e Sociologia e outros, e suas interfaces. O Plano de Trabalho agrega discussões, pesquisa e propostas em três etapas:

- Na primeira, há uma ABORDAGEM INTERESCALAR e os trabalhos são comuns às duas disciplinas. Nas atividades estão incluídas análises e discussões sobre a Terra, o Ecúmeno, os territórios, as regiões metropolitanas e a espaço intraurbano.
- Na segunda etapa, de PROBLEMATIZAÇÃO, os temas urbanos e as questões do planejamento urbano vão sendo tratados em discussões em sala de aula na disciplina voltada ao Planejamento, em paralelo com as pesquisas e levantamentos de campo conduzidas na disciplina de Projeto. As tarefas se retro abastecem.
- Na terceira etapa, há tanto uma ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DE CENÁRIOS quanto um as temáticas relevantes em um CASO URBANO.

3.1- ABORDAGEM INTERESCALAR

A primeira aproximação das disciplinas consiste em uma visão global conduzida por breve trabalho sobre o filme *Koyaanisqatsi*, dirigido por Godfrey Reggio (1982) e assistindo durante a primeira aula, que apresenta as relações entre cidade e natureza, terra e o território ocupado e sobre o espaço urbano e a qualidade de vida. São discutidas as dicotomias colocadas pela obra, que contribuem para uma discussão sobre os assentamentos humanos e o território natural.

Em seguida, parte-se da análise conjuntural e diagnóstica de lugares em escalas distintas (metrópole e recorte territorial), com o objetivo da apreensão das diferentes

formas de ler realidades diferentes nas diversas escalas, proporcionando o início do processo de planejamento e projeto mais consciente.

O exercício efetuado, sobre as Metrôpoles do Mundo, em grupo e comum às duas disciplinas, consiste na pesquisa e análise de uma dada região metropolitana, em qualquer região do mundo, a partir de pesquisas diversas - dados sobre a história urbana, dados quantitativos, referências bibliográficas, iconográficas e cartográficas, a fim de entender os processos de produção do espaço urbano. É um trabalho relativamente breve que incorpora discussões sobre território e cidade em uma experiência virtual com os dados disponíveis sobre a estrutura espacial de regiões metropolitanas em continentes diversos.

Essa incursão permite aos alunos identificar os modos de ocupação e escalas das metrôpoles, a partir da investigação do território, da estrutura espacial, limites, elementos principais dos conteúdos social e cultural de um aglomerado metropolitano. A partir dessa etapa, foi possível identificar questões relativas à sua estruturação e problemas dela decorrentes, a partir da regionalização de diversas questões que moldam as metrôpoles, como por exemplo renda média, acesso à água, vias de circulação etc.

Apesar da irregularidade do material de pesquisa disponível para cada metrópole, acreditamos que a proposta uma representação comparada de Mapas Síntese contendo escala e quantitativos e distribuição espacial da infraestrutura é especialmente instrutiva. Baseados em Villaça (1999), os mapas apresentam a distribuição das classes sociais, as áreas industriais, as principais infraestruturas, as divisões administrativas, o território natural, urbano e rural.

Assim são representadas e sintetizadas as informações encontradas, julgadas relevantes para uma compreensão ampla e holística daquela metrópole no âmbito da disciplina proposta, a fim de tecer comparações entre as metrôpoles estudadas por outros grupos, e assim esboçá-las em relação à situação do Rio de Janeiro. Esse exercício se consolidou, então, como a prefiguração de análises sobre a forma urbana, a paisagem e também a forma de planejar o território a partir de condições específicas.

3.2- A ETAPA DA PROBLEMATIZAÇÃO

A problematização se refere a um recorte teórico e ao trabalho de investigação em uma região administrativa da cidade. Sobre a teoria, apresentamos aqui os temas urbanos destacados nas discussões e análises empreendidas: o direito à cidade, a questão da habitação, a sustentabilidade ambiental e o direito à cidade. Apresentamos algumas considerações abordadas a partir de alguns dos textos básicos já adotados, os textos complementares e por palestras de convidados. Estas discussões ressoam nas abordagens do diagnóstico, efetuadas em um dado recorte espacial. A área de estudo tem se mantido ao longo dos semestres em bairros da Região Administrativa (AP) de Jacarepaguá, pelo microcosmo de questões urbanas que representa, como veremos.

A segregação espacial é discutida a partir do livro do arquiteto Flávio Villaça (1999), um estudo sobre a localização urbana, com ênfase na escala urbana e nos efeitos sobre a segregação sócio-espacial. Este texto é trabalhado em paralelo ao desenvolvimento do

trabalho sobre as Metr6poles mundiais, pois as representa76es diagram1ticas da localiza76o que ele apresenta s1o adotadas para um mapa sntese da escala metropolitana. Nessa obra, o autor , n1o apenas discute o conceito da segregaa76o das classe sociais no espa76o intraurbano, mas demonstra como as barreiras espaciais se relacionam 1 hierarquiza76o da cidade, 1 divis1o do trabalho e das fun76es urbanas e 1 segregaa76o espacial das classes sociais. A representa76o esquem1tica das cidades brasileiras por ele desenvolvida 1 particularmente ligada 1s tarefas de visualiza76o da informa76o e de an1lise gr1fica e espacial dos contextos urbanos, caras aos arquitetos urbanistas.

O tema da segregaa76o 1 discutido nas diversas etapas das disciplinas, e observado e representado em informa76es diversas coletadas em escalas diversas: a metropolitana, a de regi1o administrativa de munic1pio e a de um recorte- bairro ou bairros escolhido.

O texto do ge6grafo Marcelo Lopes de Souza (2002) traz as discuss6es aqui colocadas, sobre a gest1o, o planejamento e os projetos urbanos, e incita o debate sobre as disciplinas envolvidas, e sobre as escalas e tempos das a76es para que se mude a cidade.

A quest1o da Habita76o, por sua vez 1 exemplarmente abordada pelo texto de Peter Hall (2005), que n1o apenas mostra as representa76es discursivas sobre a pobreza urbana na Inglaterra do s1culo XIX, mas discute as pol1ticas habitacionais que se seguiram nos Estados Unidos e Inglaterra. Dois aspectos do texto s1o particularmente relevantes para o contexto atual. Primeiro, os preconceitos sociais que aparecem nos pungentes relatos citados por Hall s1o recorrente e rapidamente contrapostos pelos alunos aos discursos atuais sobre favelas e pobreza urbana. As rela76es entre pobreza, precariedade da moradia, viol1ncia urbana, insalubridade e desigualdade social apontadas nas representa76es sociais 1 evidente. Outro aspecto do texto 1 que nele, a discuss1o faz com que haja uma conjun76o entre quest6es que, em muitas ocasi6es dentro do campo da arquitetura e urbanismo, foram tratadas dissociadamente: as favelas e a habita76o social. A demanda habitacional e o direito 1 cidade s1o discuss6es associadas. A legitimidade, validade, qualidade de favelas, habita76es e as ditas "habita76es sociais" depende de uma compreens1o da sua exist1ncia como "problem1ticas" e solu76es urbanas.

Em seguida, retorna-se a uma discuss1o das no76o de sustentabilidade urbana, com o texto de Acselrad (1999) inserindo a quest1o da resili1ncia a partir das escalas local e global. O filme Koyaanisqatsi j1 demonstrara esta discuss1o na escala do ec6meno, apresentando diversos aspectos da ocupa76o humana, al1m dos significados da natureza e cidade: a no76o de finitude e de impacto no territ6rio natureza original geomorfologia e a ocupa76o do territ6rio.

Por fim, aspectos do direito 1 cidade s1o revistos a partir de uma discuss1o sobre planos urbanos, sobre o Estatuto da Cidade, e sobre a efic1cia dos seus instrumentos, a partir da discuss1o iniciada por Fernandes (2013).

Para as abordagens do diagn6stico, inicialmente, foi proposto aos grupos uma abordagem da an1lise, conforme quadro abaixo (Quadro 1). A an1lise do recorte, que permitiu a posterior interven76o, criou uma matriz de trabalho para o conjunto da turma, a partir do compartilhamento simult1neo das informa76es coletadas, de modo a contribuir para a identifica76o de problem1ticas julgadas relevantes por cada um dos grupos e tamb1m para a elabora76o de cen1rios e diretrizes para o recorte espacial.

QUADRO 1 - QUADRO ESQUEMÁTICO DAS ABORDAGENS DA ANÁLISE

A- PROCESSOS	B- SISTEMAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. O reconhecimento da paisagem urbana 2. História e memória urbanas 3. Dinâmicas socioculturais da área 4. Atividades produtivas 5. Movimentos associativos e cultura local 6. Apropriação dos espaços públicos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sistema viário 2. Equipamentos e serviços urbanos 3. Redes e infraestrutura 4. Qualidade urbana
C- ESTRUTURA ESPACIAL	D- FORMAS EDIFICADAS
<ol style="list-style-type: none"> 1. Geomorfologia 2. Áreas verdes 3. Superfícies e estrutura espacial 4. Sistema de espaços livres públicos 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Legislação urbanística 2. Parcelamento, usos e ocupação do solo 3. Tipologias edificadas e padrão construtivo 4. Paisagem dos detalhes

Como área de estudo, toma-se a Grande Jacarepaguá, na cidade do Rio de Janeiro, tem uma população de mais de meio milhão de habitantes e uma configuração geomorfológica própria, delimitada espacialmente por florestas em montanhas de grande declividade e por extensa lagoa, com uma população de classe sociais diversificadas e um conjunto de atividades urbanas variadas. Além disso, é uma das áreas que vem sofrendo a maior transformação nos últimos anos, com grande crescimento imobiliário e cortada por intervenções rodoviárias recentes. A área demonstra muitas das questões urbanas atuais discutidas em sala de aula.

O espaço urbano da Grande Jacarepaguá contém problemas ambientais relacionados às águas, à cobertura vegetal e à poluição resultante de indústrias existentes e áreas de desindustrialização; questões do parcelamento e ocupação do território, como favelas, conjuntos habitacionais e condomínios fechados, verticalização e baixas densidades populacionais, segregação socioespacial, barreiras espaciais por infraestruturas viárias, e prementes questões relativas ao trânsito, à mobilidade urbana e à cobertura dos transportes públicos. Em suma, aí, as experiências didáticas particularizadas podem ser multifacetadas.

Esta etapa evidencia a importância dos estudos de caso e sua contextualização, como base para a etapa analítica e propositiva.

3.3- ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DE CENÁRIOS

Na terceira etapa, há tanto uma ANÁLISE E PROPOSIÇÃO DE CENÁRIOS quanto a finalização das temáticas relevantes em um caso urbano, preferencialmente conectado ao

recorte espacial e teórico selecionado, cujo foco se volta para as problemáticas julgadas relevantes e respondendo aos cenários e diretrizes previstos.

O aspecto que julgamos relevante no trabalho final, como resultado da experiência na disciplina, é a conjunção de aspectos encontrados no recorte espacial, com as referências teóricas e a invenção: a conjunção de temas na elaboração de cenários, diretrizes e propostas.

As temáticas pesquisadas e as propostas conduzidas foram escolhidas por cada grupo, e o recorte espacial adotado tem escalas variáveis, correspondendo a um ou mais bairros da região da Grande Jacarepaguá (GJ).

As dezenas de trabalhos efetuados entre março de 2016 e junho de 2018 já demonstram o engajamento atingido, pelo interesse e diversidade dos cenários e propostas destes, tais como: (1) Significados do lazer- redefinição e reuso do legado olímpico para a região; (2) Reconhecimento de centralidades e redelimitação administrativa dos bairros da região administrativa ; (3) Reestruturação dos rios e dinâmicas socioespaciais; (3) Conexões verdes; (4) Planos de mobilidade sustentável; (5) Mobilidade e transporte local interbairros- Taquara e Freguesia; (6) Mobilidade e distribuição de equipamentos públicos; (7) Infraestrutura e Centralidades na GJ; (8) Cidade Educação; (9) Rede de Saúde; (10) Planos de reestruturação urbana da extensa área desocupada do Centro Metropolitano; (11) Planos de modificação de Parâmetros Edilícios; (12) Modificações nas densidades construídas e vazios urbanos nas quadras; (13) Centralidades e espaço público na favela de Rio das Pedras; (14) Intervenções prioritárias por carências na GJ; (15) Caminhabilidade e estratégias para o espaço público; (16) Propostas para o comércio de rua; (17) Redução de impactos da segregação gerada pelas infraestruturas viárias expressas; (18) Rios urbanos da Grande Jacarepaguá; (19) Políticas Públicas antissegregadoras; entre outros.

Com base nessa experiência e na apreensão dos alunos dos aspectos mais relevantes citados acima, considera-se que a imersão proposta no universo do diagnóstico e do planejamento se apresentou frutífero para a discussão de diretrizes projetuais de planejamento e sua aplicação, de forma que as propostas apresentadas concatenavam de forma abrangente os temas mais importantes observados no diagnóstico da AP em estudo.

4- CONSIDERAÇÕES FINAIS

‘Saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção’. (Paulo Freire, 1996, p.21)

A experiência pedagógica buscou estabelecer o alinhamento e articulação entre a prática, o projeto e a teoria/pesquisa, partindo da análise de regiões metropolitanas até a proposição de cenários e intervenções na escala de bairros. Com isso, incentivou-se que novos formatos, escalas, autores e métodos fossem aplicados para dar conta da contínua

necessidade de formação dos futuros arquitetos e urbanistas, que irão interagir numa sociedade mais fragmentada e desigual, e assim, com maiores desafios.

No contexto da arquitetura, urbanismo, paisagismo e planejamento urbano, em que há um extenso repertório de soluções deslocadas do contexto sociocultural e ambiental, e muitas vezes voltadas para a mercantilização dos espaços urbanos e do território, consideramos que iniciativas de reflexão sobre os destinos da cidade e do urbano são cruciais. Considera-se que a iniciativa da junção das duas disciplinas, a inovação da sistematização de uma nova forma pedagógica para o planejamento urbano e o trabalho multiescalar podem contribuir, dentro do bojo da formação do arquiteto e urbanista, uma formação mais ampla e abrangente, e assim mais comprometida com os problemas enfrentados pelos bairros, cidades e metrópoles brasileiros.

Assim, os trabalhos desenvolvidos pelos discentes são representativos desta abordagem: caracterizados por um olhar crítico quanto às realidades verificadas, com proposições que buscam enfrentar problemas de diversas naturezas por meio de variado espectro de soluções, fundadas no aprofundamento dos conceitos, temas e contextos. Além disto, constatamos ainda que as percepções e análises espaciais para o recorte na Grande Jacarepaguá foram impactadas pela própria provocação proveniente das ideias discutidas na elaboração dos trabalhos teóricos, no sentido de uma desnaturalização de conceitos.

Sobre o projeto urbano, Tsiomis pondera, que, sem as diversas análises urbanas, “não se pode projetar o espaço, mas o conjunto de análise não permite que se dê a forma”, ou seja, a solução de cada um seria diferente, pois eles “avaliariam diferentemente cada um destes parâmetros” (2008, p. 37). No caso das co-disciplinas, o aprofundamento das análises, a partir da escolha de recortes, aprofunda as diferenças e a autonomia das soluções de planos e projetos das equipes.

Incentivar a autonomia, para Paulo Freire, é o objetivo final do ensino, com a criação das possibilidades para a produção e construção do conhecimento. A montagem desta experiência didática se funda nesta perspectiva. Especialmente na etapa final, as escolhas teóricas dos casos urbanos abordados e a construção de cenários a partir de recortes espaciais e temáticos próprios deixa clara a necessidade de autonomia para a montagem e criação próprias.

Julgamos que a integração Plano-Projeto e Projeto-Plano foi esboçada eficientemente pelos grupos de alunos, e notamos que esta depende de um percurso de idas e vindas entre escalas e disciplinas, que não dispensa nem uma visão sistêmica nem a ultrapassagem desta, pelo reconhecimento da complexidade dos fenômenos urbanos. Por fim, destacamos a relevância de uma elaboração de cenários propositivos, pois :

“A noção de cenário é preciosa, não para que se saiba qual das formas propostas corresponde melhor à realidade, mas para que se opte pela forma que abrirá o melhor à fundação de uma nova realidade. Se trata de uma aposta, mas toda forma é uma aposta sobre o futuro” (Tsiomis, 2008, p. 37).

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Henri. Discursos da sustentabilidade urbana. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 8., 1999, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ANPUR, 1999.
- ARANTES, Pedro Fiori “Da (Anti) Reforma Urbana brasileira a um novo ciclo de lutas nas cidades” 2013.
- BERMAN, Marshall. 1982. Tudo que é sólido desmancha no ar: a Aventura da Modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FERNANDES, Edésio. Estatuto da Cidade, mais de 10 anos depois: razão de descrença, ou razão de otimismo? Revista UFMG, v. 20. Belo Horizonte: n. 1, 2013.
- FERREIRA, Claudio Lima; FLÓRIO, Wilson; IARALHAM, Luciana Henriques. Os métodos educacionais para a formação de profissionais reflexivos em arquitetura e urbanismo. Revista Internacional de Formación Profesional, Adultos y Comunidad, Volume 2, Número 2, 2015. Disponível em <<http://sobrelaeducacion.com>>, ISSN 2386-8023
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- HALL, Peter. A cidade da noite apavorante. In: _____. Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. São Paulo: Perspectiva, 2005. pp. 15–53.
- HAYOT, A. & SAUVAGE, A. (orgs.). (2000). LE PROJET URBAIN – enjeux, expérimentations et professions. Paris. Éditions de La Villette.
- LAMAS, José M. R. G. Morfologia Urbana e Desenho da Cidade. Lisboa : Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.
- LEFEBVRE, Henri. 1974. La Production de l'Espace. Paris: Éditions Anthropos, 3eme édition, 1986.
- NOVAIS, Pedro. Uma Estratégia chamada Planejamento Estratégico. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2010.
- OLIVEIRA, Isabel C. Eiras de. Estatuto da Cidade: para compreender.../ Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- PORTAS, Nuno. O Processo SAAL- entre o Estado e o Poder local. In: Revista Crítica de Ciências Sociais nos 18/ 19/ 20. Lisboa: fev 1986. pp. 635-644.
- REGGIO, Godfrey (dir.). Koyaanisqatsi. Longa metragem. 1982.
- SANTOS, Milton. Economia Espacial com Críticas e Alternativas. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 2003. Cap. 1 - Planejando o subdesenvolvimento e a pobreza. p. 13-40.
- SANTOS, Milton. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, v. 13. Rio de Janeiro: n. 2, 1999-1.
- SANTOS, Milton. Os deficientes cívicos. Folha de S. Paulo, Caderno Mais!, Seção Brasil 500 d.C., p. 5-8, 24 jan. 1999-2.
- SOUZA, M. L. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. Parte I, cap. 1, 5 e 6. - p. 43 – 59 / 100 - 113.
- TAVARES, Maria Cecília Pereira. Formação em Arquitetura e Urbanismo para o século XXI: uma revisão necessária. Tese de Doutorado. FAU/USP, São Carlos: 2015.

- TSIOMIS, Yannis. O ensino de projeto urbano entre a crise e a mutação. In MACHADO, Denise B. P. (org.) Sobre o Urbanismo. Rio de Janeiro: Viana & Mosley: Editora PROURB, 2006, págs. 65-79.
- TSIOMIS, YANNIS. Matières de ville; Enseigner et pratiquer le projet urbain. Paris : Éditions la Villette, 2008.
- VAINER, C. B.. Cidade de Exceção: Reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: Carlos Machado; Caio Floriano dos Santos; Claudionor Ferreira Araújo; Wagner Valente dos Passos. (Org.). Conflitos Ambientais e Urbano: Debate, Lutas e Desafios. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2013, v. 1, p. 59-80.
- VILLAÇA, Flávio. Espaço Intra-Urbano no Brasil. São Paulo: Editora Studio Nobel, 2001. Caps 6 e 7., pp. 135-155.